

No. 38067

**Brazil
and
Pan-American Health Organization/World Health
Organization**

Arrangement concerning the functioning of a regional office of the Pan American Health Organization/World Health Organization in Brazil, supplementary to the Basic Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the World Health Organization and to the Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Pan American Sanitary Bureau. Brasília, 16 March 2000

Entry into force: *16 March 2000 by signature, in accordance with its provisions XIV*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 25 January 2002*

**Brésil
et
Organisation panaméricaine de la santé/Organisation
mondiale de la santé**

Arrangement relatif au fonctionnement d'un bureau régional de l'Organisation panaméricaine de la santé/l'Organisation mondiale de la santé au Brésil, complémentaire à l'Accord de base entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation mondiale de la santé et à l'Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Bureau sanitaire panaméricain. Brasília, 16 mars 2000

Entrée en vigueur : *16 mars 2000 par signature, conformément à ses dispositions XIV*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 25 janvier 2002*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO CONVÊNIO BÁSICO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E AO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPARTIÇÃO SANITÁRIA PAN-AMERICANA PARA O FUNCIONAMENTO DO ESCRITÓRIO DE ÁREA DA ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE NO BRASIL

O Governo da República Federativa do Brasil
(doravante denominado “o Governo”)

e

A Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde
(doravante denominada “OPAS/OMS”),

Entendendo que existem amplos interesses comuns na promoção da saúde e na prevenção, controle e tratamento de doenças e agravos que afetam a saúde e que é de suma importância o fortalecimento dos laços de cooperação estabelecidos entre ambas as Partes;

Considerando que o Convênio Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Mundial da Saúde, assinado em 4 de fevereiro de 1954, que o Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas, incluída a Organização Mundial da Saúde, assinado em 29 de dezembro de 1964, bem como o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana para o Funcionamento do Escritório de Área, assinado em 20 de janeiro de 1983 e seu Adendo, assinado em 21 de dezembro de 1984 constituem um quadro jurídico adequado para o estabelecimento de atividades de cooperação no âmbito da saúde;

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Ajuste Complementar tem como objeto o desenvolvimento da cooperação no âmbito do Ministério da Saúde voltada para Programas e Projetos relacionados aos Sistemas de Saúde no Brasil, entendida como ação solidária nos seguintes campos:

- a) desenvolvimento de políticas de saúde que, a critério das Partes, venham a ser definidas;
- b) desenvolvimento de sistemas e serviços de saúde;
- c) desenvolvimento da infra-estrutura de sistemas de saúde;
- d) desenvolvimento de recursos humanos em saúde;
- e) desenvolvimento científico e tecnológico em saúde;
- f) promoção à saúde e prevenção e controle de doenças e outros agravos;
- g) estimular o aumento do uso de insumos estratégicos de saúde pública pelo Governo; e
- h) outros campos que venham a ser mutuamente acordados.

ARTIGO II

A cooperação prevista neste Ajuste Complementar far-se-á por intermédio de: intercâmbio de cientistas, gestores e pessoal ligado à saúde; troca de informações; consultoria, treinamento, realização de seminários, simpósios, oficinas de trabalho; publicações; pesquisas, transferência de tecnologia, aquisição para o Governo de recursos materiais, em particular imunobiológicos, medicamentos, inseticidas e outros insumos estratégicos para uso em ações de saúde relevantes para o cumprimento deste Ajuste Complementar nos termos do Artigo IX do Adendo ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana para o Funcionamento do Escritório de Área da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil, além de outras formas que possam vir a ser estabelecidas de comum acordo, consistentes com as missões e programas em desenvolvimento por ambas as Partes.

ARTIGO III

1. Os órgãos coordenadores da execução do presente Ajuste Complementar serão, pelo Governo, o Ministério da Saúde e, pela OPAS/OMS, a Representação da OPAS/OMS no Brasil, que definirão, conjuntamente, os projetos e atividades a serem implementados ao abrigo deste instrumento e as instituições encarregadas de sua execução. O desenvolvimento dos projetos e atividades mencionados e as ligações técnicas entre as instituições envolvidas serão de responsabilidade conjunta do Ministério da Saúde e da Representação da OPAS/OMS aos quais caberá a responsabilidade de selecionar, aprovar e apoiar os projetos e atividades a serem implementados.

2. As ações a serem desenvolvidas ao abrigo do presente Ajuste Complementar deverão ser acrescidas à cooperação acordada pelas Partes nos Programas e Orçamentos Biais da OPAS/OMS no Brasil.

ARTIGO IV

Cada projeto ou iniciativa adicional ao Programa Regular da OPAS, ao qual se atribuem os recursos autorizados pelo Artigo IX do Adendo ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana para o Funcionamento do Escritório de Área da Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil será objeto de termo de cooperação específico que conterá as condicionantes particulares para sua execução e as bases técnicas e/ou científicas para seu desenvolvimento, incluindo-se objetivos, meios, formas de participação, obrigações de cada lado, contribuições técnicas, financeiras, recursos humanos e materiais, orçamento, plano de aplicação e cronograma de desembolso. Quando for o caso, os termos de cooperação deverão conter cláusulas sobre retorno econômico, direitos de propriedade intelectual, sigilo de comércio e outros direitos que possam vir a ser gerados no âmbito da cooperação.

ARTIGO V

1. O financiamento das atividades a serem realizadas ao abrigo do presente Ajuste Complementar estará sujeito às limitações orçamentárias e disponibilidade de fundos de ambas as Partes.

2. Os recursos financeiros alocados para a implementação dos projetos e atividades aprovados serão liberados conforme os planos de aplicação e o cronograma de desembolso correspondentes a cada termo de cooperação específico. O início da execução de qualquer iniciativa a ser desenvolvida ao abrigo deste Ajuste Complementar dependerá, além da aprovação prévia, da liberação dos recursos mencionados.

3. Na eventualidade de recursos serem transferidos, no âmbito deste Ajuste Complementar, pelo Governo, pelo Órgão Coordenador brasileiro, por executor nacional ou qualquer outra fonte à OPAS/OMS para administração, relativos ao financiamento de ações no âmbito de projetos ou atividades específicos previamente aprovados, nos termos do Artigo IX do Adendo ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana para o Funcionamento do Escritório de Área da Organização Pan-Americana de Saúde /Organização Mundial da Saúde no Brasil, a OPAS/OMS compromete-se a emitir informes financeiros oficiais, segundo suas normas e regulamentos e, ao final da execução de cada termo de cooperação, devolver o saldo não utilizado ou remanejá-lo, a pedido do Governo.

ARTIGO VI

Os resultados decorrentes dos projetos e atividades realizados ao abrigo do presente Ajuste Complementar poderão ser publicados ou disponibilizados mediante acordo mútuo entre os órgãos coordenadores, segundo o disposto em cada termo de cooperação.

ARTIGO VII

1. A fim de operacionalizar a execução do presente Ajuste Complementar, será constituído um comitê executivo composto por um representante do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores, um representante do Ministério da Saúde e dois representantes da OPAS/OMS. O comitê executivo reunir-se-á ao menos duas vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, cabendo-lhe as seguintes responsabilidades:

- a) fornecer apoio político, técnico e administrativo necessário para a implementação do presente Ajuste Complementar;
- b) analisar, selecionar e aprovar projetos e atividades a serem incluídos em um plano anual de ação;
- c) acompanhar e avaliar o desempenho das ações em desenvolvimento ao abrigo do presente Ajuste Complementar;
- d) decidir sobre ações que necessitem de reformulação ou reorientação ao longo do período de sua implementação;
- e) elaborar relatório anual de progresso das iniciativas elaboradas ao abrigo do presente Ajuste Complementar.

2. A Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde será encarregada de secretariar o referido Comitê Executivo em suas atividades. Quando necessário, representantes de instituições executoras ou peritos externos às ações desenvolvidas, poderão ser chamados a participar do comitê, a critério dos membros do Comitê.

ARTIGO VIII

O auditor externo independente, nomeado pelos Estados Membros da OPAS/OMS realizará auditoria sobre os recursos administrados pela OPAS/OMS, ao abrigo deste Ajuste Complementar, de acordo com as regulamentações, regras e diretrizes da OPAS/OMS na qualidade de Agência Especializada das Nações Unidas.

ARTIGO IX

Serão aplicados os dispositivos do Acordo Básico de Assistência Técnica, assinado em 29 de dezembro de 1964 entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas, incluída a Organização Mundial da Saúde, a peritos, agentes e funcionários da OPAS/OMS envolvidos nos projetos e atividades desenvolvidos ao abrigo deste instrumento, bem como a equipamentos técnicos e materiais que a OPAS/OMS vier a fornecer em função das mesmas iniciativas.

ARTIGO X

O Governo terá a seu cargo a tramitação de todas as reclamações que possam vir a ser feitas por terceiros contra a OPAS/OMS e seus peritos, agentes ou funcionários, com as isenções concedidas pelo Artigo I, parágrafo 6, do Acordo Básico de Assistência Técnica assinado em 29 de dezembro de 1964, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas, incluída a Organização Mundial da Saúde.

ARTIGO XI

As Partes não serão responsabilizadas se não puderem cumprir com seus compromissos, total ou parcialmente, por motivo de força maior como guerras, desastres naturais e distúrbios civis.

ARTIGO XII

Todas as obrigações assumidas pela OPAS/OMS na implementação do presente Ajuste Complementar serão cumpridas estritamente dentro de suas normas legais. Nada do conteúdo deste instrumento ou relacionado com o mesmo poderá ser considerado como renúncia tácita ou expressa das imunidades, privilégios, exonerações ou facilidades de que goza a OPAS/OMS de conformidade com o Direito Internacional, tratados e convênios internacionais e a legislação brasileira.

ARTIGO XIII

Toda controvérsia que surgir entre as Partes e que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida a arbitragem. O tribunal arbitral terá 3 (três) membros: um escolhido pelo Governo, outro pela OPAS/OMS e um terceiro, que exercerá a Presidência, selecionado de comum acordo pelas Partes. As normas e os procedimentos do tribunal arbitral serão decididos pelos árbitros de comum acordo. A decisão do tribunal será final e inapelável.

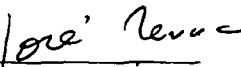
ARTIGO XIV

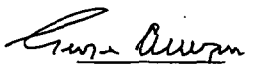
O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data da sua assinatura e terá duração indeterminada, a menos que uma das Partes comunique à outra, por via diplomática e com antecedência de 6 (seis) meses, sua decisão de denunciá-lo. Os programas em execução não serão afetados por tal decisão, salvo se as Partes convierem de modo diferente.

ARTIGO XV

O presente Ajuste Complementar poderá ser alterado por troca de Notas mediante mútuo entendimento entre as Partes, entrando a alteração em vigor na data de recebimento da Nota de resposta.

Feito em Brasília, em 16 de março de 2000, em dois exemplares originais, no idioma português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
José Serra
Ministro da Saúde


PELA OPAS/OMS
George Alleyne
Diretor da OPAS

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ARRANGEMENT CONCERNING THE FUNCTIONING OF A REGIONAL OFFICE OF THE PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION/WORLD HEALTH ORGANIZATION IN BRAZIL, SUPPLEMENTARY TO THE BASIC AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE WORLD HEALTH ORGANIZATION AND TO THE AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE PAN AMERICAN SANITARY BUREAU

The Government of the Federative Republic of Brazil (hereinafter referred to as "the Government")

and

The Pan American Health Organization/World Health Organization (hereinafter referred to as "PAHO/WHO")

On the understanding that they have extensive common interests in the promotion of health and the prevention, control and treatment of diseases and disorders affecting health and that it is extremely important to strengthen the ties of cooperation (established) between the two Parties;

Considering that the Basic Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the World Health Organization, signed on 4 February 1954, the Revised Standard Agreement on Technical Assistance between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations and its specialized agencies, including the World Health Organization, signed on 29 December 1964, together with the Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Pan American Sanitary Bureau concerning the Functioning of the Regional Office, signed on 20 January 1983, and its Addendum, signed on 21 December 1984, constitute an appropriate legal framework for the establishment of cooperation activities in the area of health;

Have agreed as follows:

Article I

The purpose of this Supplementary Arrangement is to develop cooperation within the sphere of the Ministry of Health directed at programmes and projects related to health systems in Brazil, and understood as joint action in the following fields:

- (a) Development of health policies to be determined at the discretion of the Parties;
- (b) Development of health systems and services;
- (c) Development of health systems infrastructure;
- (d) Development of human resources in the field of health;
- (e) Development of health science and technology;

- (f) Health promotion and prevention and control of diseases and other disorders;
- (g) Promotion of an increase in the use of strategic public health inputs by the Government; and
- (h) Other fields to be determined by mutual agreement.

Article II

The cooperation established in this Supplementary Arrangement shall be implemented by: exchange of scientists, managers and personnel in the health field; exchange of information; advisory services, training, seminars, symposiums, workshops; publications; research, technology transfer, government acquisition of material resources, particularly immunobiological resources, medicines, insecticides and other strategic inputs for use in health initiatives that are relevant to compliance with this Supplementary Arrangement under the terms of article IX of the Addendum to the Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Pan American Sanitary Bureau concerning the Functioning of the Regional Office of the Pan American Health Organization/World Health Organization in Brazil, together with other ways that may be established by mutual agreement and that are consistent with the mandates and programmes of both Parties.

Article III

1. The bodies that coordinate the execution of this Supplementary Arrangement shall be, for the Government, the Ministry of Health and, for PAHO/WHO, the PAHO/WHO Country Representative Office in Brazil, which shall jointly define the projects and activities to be implemented under this instrument and the institutions responsible for its execution. The Ministry of Health and the PAHO/WHO Country Representative Office shall be jointly responsible for the development of the said projects and activities and the technical liaison between the institutions involved, and they shall also be responsible for selecting, approving and supporting the projects and activities to be implemented.

2. The actions developed under this Supplementary Arrangement shall be in addition to the cooperation agreed by the Parties within the biennial programmes and budgets of PAHO/WHO in Brazil.

Article IV

Each project or initiative that is additional to the regular programme of PAHO, and to which resources authorized by article IX of the Addendum to the Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Pan American Sanitary Bureau concerning the Functioning of the Regional Office of the Pan American Health Organization/World Health Organization in Brazil are allocated, shall be subject to specific terms of cooperation establishing the precise conditions for its execution and the technical and/or scientific bases for its implementation, including goals, means, ways of participating, obligations of each side, technical, financial, human resources and material contributions, budget, plan of operation and disbursement schedule. Where applicable, the terms of

cooperation should include clauses on the financial benefits, intellectual property rights, trade marks, and other rights that might result from the cooperation activities.

Article V

1. The financing of the activities to be carried out under this Supplementary Arrangement shall be subject to the budgetary constraints and availability of funds of the two Parties.

2. The financial resources allocated to the implementation of the approved projects and activities shall be released as established in the plans of operation and disbursement schedules corresponding to the specific terms of cooperation for each element. The commencement of the execution of any initiative to be implemented under this Supplementary Arrangement shall depend on the release of the said resources and also on prior approval.

3. If, under this Supplementary Arrangement, resources are allocated to PAHO/WHO by the Government, the Brazilian coordination body, the national executing agency or any other source, to be administered in relation to the financing of actions in the sphere of specific, previously approved projects or activities, under the terms of article IX of the Addendum to the Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Pan American Sanitary Bureau concerning the Functioning of the Regional Office of the Pan American Health Organization/World Health Organization in Brazil, PAHO/WHO undertakes to issue official financial reports, in accordance with its rules and regulations and, when the terms of cooperation have been fulfilled, to return the unused balance or reimburse it, at the request of the Government.

Article VI

The results of the projects and activities carried out under this Supplementary Arrangement may be published or made available by mutual agreement between the coordinating bodies, as established in the corresponding terms of cooperation.

Article VII

1. In order to operationalize the execution of this Supplementary Arrangement, an Executive Committee shall be established composed of a representative of the Department of Scientific, Technical and Technological Cooperation of the Ministry of Foreign Affairs, a representative of the Ministry of Health and two representatives of PAHO/WHO. The Executive Committee shall meet at least twice a year and, in special session, whenever necessary. It shall have the following responsibilities:

- (a) To provide the necessary political, technical and administrative support for the implementation of this Supplementary Arrangement;
- (b) To study, select and approve the projects and activities to be included in the annual plan of action;
- (c) To monitor and assess the performance of the actions to be implemented under this Supplementary Arrangement;

- (d) To determine the actions that need to be reformulated or adapted while they are being implemented;
- (e) To prepare the annual progress report on the initiatives elaborated under this Supplementary Arrangement.

2. The Advisory Office on International Affairs of the Ministry of Health shall be responsible for providing secretariat services for the activities of the said Executive Committee. When necessary, representatives of executing agencies or experts who are external to the actions implemented may be called on to take part in the Committee, at the discretion of the members of the Committee.

Article VIII

The independent external auditor appointed by the States members of PAHO/WHO shall audit the resources administered by PAHO/WHO under this Supplementary Arrangement, in accordance with the regulations, rules and guidelines of PAHO/WHO, in its capacity as a specialized agency of the United Nations.

Article IX

The provisions of the revised Standard Agreement on technical assistance signed on 29 December 1964 between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations and its specialized agencies, including the World Health Organization, shall apply to experts, agents and officials of PAHO/WHO involved in the projects and activities developed under this instrument, and also to the technical equipment and materials that PAHO/WHO provides for these initiatives.

Article X

The Government shall be responsible for processing all claims that may be made by third parties against PAHO/WHO and its experts, agents or officials, and also the exemptions granted by article 1, paragraph 6, of the revised Standard Agreement on technical assistance signed on 29 December 1964 between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations and its specialized agencies, including the World Health Organization.

Article XI

The Parties shall not be made liable if they are unable to comply with their commitments, in full or in part, owing to circumstances beyond their control, such as wars, natural disasters or civil unrest.

Article XII

All the obligations assumed by PAHO/WHO in the implementation of this Supplementary Arrangement shall be carried out strictly within the legal norms thereof. Nothing

in the content of this instrument or related thereto may be deemed a tacit or explicit waiver of the immunities, privileges, exemptions or facilities which PAHO/WHO enjoys under international law, international treaties or conventions and Brazilian law.

Article XIII

Any dispute arising between the Parties that cannot be amicably resolved shall be submitted to arbitration. The arbitral tribunal shall have 3 (three) members: one designated by the Government, another by PAHO/WHO and a third, who shall preside over the tribunal, designated by mutual agreement between the Parties. The norms and procedures of the arbitral tribunal shall be decided by the arbitrators by mutual agreement. The decision of the tribunal shall be final and may not be appealed.

Article XIV

This Supplementary Arrangement shall enter into force on the date of signature for an indefinite duration, unless one of the Parties notifies the other, through the diplomatic channel and with 6 (six) month's notice, of its decision to denounce it. The programmes being executed shall not be affected by that decision, unless the Parties agree otherwise.

Article XV

This Supplementary Arrangement may be modified through an exchange of notes by mutual agreement between the Parties, and the modification shall enter into force on the date that the note of reply is received

Done at Brasilia, on 16 March 2000, in two originals, in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

JOSÉ SERRA
Minister of Health

For PAHO/WHO:
GEORGE ALLEYNE
Director, PAHO

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ARRANGEMENT RELATIF AU FONCTIONNEMENT D'UN BUREAU RÉGIONAL DE L'ORGANISATION PANAMÉRICAINE DE LA SANTÉ/ ORGANISATION MONDIALE DE LA SANTÉ AU BRÉSIL, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE BASE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET L'ORGANISATION MONDIALE DE LA SANTÉ ET À L'ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE BUREAU SANITAIRE PANAMÉRICAIN

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil (ci-après dénommé "le Gouvernement") et l'Organisation panaméricaine de la santé/Organisation mondiale de la santé (ci-après dénommée "l'OPS/OMS"),

Étant entendu qu'ils partagent de nombreux intérêts dans la promotion de la santé et de la prévention, du contrôle et du traitement des maladies et des troubles liés à la santé et qu'il est d'une extrême importance de renforcer les liens de coopération (établis) entre les deux Parties;

Prenant en considération que l'Accord de base entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation mondiale de la santé, signé le 4 février 1954, l'Accord type révisé relatif à l'assistance technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies et ses institutions spécialisées, y compris l'Organisation mondiale de la santé, signé le 29 décembre 1964, ainsi que l'Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Bureau sanitaire panaméricain relatif au fonctionnement du Bureau régional, signé le 20 janvier 1983 et son Additif, signé le 21 décembre 1984, constituent un cadre juridique approprié pour l'élaboration d'activités de coopération dans le domaine de la santé;

Sont convenus de ce qui suit :

Article I

Le présent Arrangement complémentaire vise à développer une coopération au sein du Ministère de la santé axée vers des programmes et des projets liés aux systèmes de santé au Brésil et considérée comme une action conjointe dans les domaines suivants :

- a) L'élaboration de politiques sanitaires définies à la discrétion des Parties;
- b) Le développement de systèmes et de services de santé;
- c) Le développement d'une infrastructure pour des systèmes de santé;
- d) La mise en valeur des ressources humaines dans le domaine de la santé;
- e) Le développement des sciences de la santé et d'une technologie sanitaire;
- f) La promotion, la prévention et le contrôle des maladies et d'autres troubles liés à la santé;

- g) La promotion d'une augmentation de l'utilisation des apports stratégiques du Gouvernement en matière de santé publique;
- h) D'autres domaines à déterminer d'un commun accord.

Article II

La coopération définie dans l'Arrangement complémentaire est mise en oeuvre au moyen d'échange de scientifiques, de gestionnaires et de personnel oeuvrant dans le domaine de la santé; d'échange d'informations; de services consultatifs, de formation, de séminaires, de symposiums, d'ateliers; de publications; de recherche, de transfert de technologie, d'acquisition par le gouvernement de ressources en matériel, en particulier de ressources immunobiologiques, de médicaments et d'insecticides et d'autres apports stratégiques à des fins d'utilisation pertinentes dans des initiatives sanitaires qui sont en accord avec l'Arrangement complémentaire en vertu des dispositions de l'article IX de l'Additif à l'Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Bureau sanitaire panaméricain relatif au fonctionnement du Bureau régional de l'Organisation panaméricaine de la santé/Organisation mondiale de la santé au Brésil, ainsi que d'autres avenues pouvant être définies d'un commun accord et compatibles avec les mandats et programmes des deux Parties.

Article III

1. Les organismes qui coordonnent l'exécution de l'Arrangement complémentaire sont, pour le Gouvernement, le Ministère de la santé et, pour l'OPS/OMS, le Représentant du Bureau de pays de l'OPS/OMS au Brésil; ils définissent conjointement les projets et les activités qui seront mis en oeuvre en vertu du présent instrument et les institutions responsables de son exécution. Le Ministère de la santé et le Représentant du Bureau de pays de l'OPS/OMS sont collectivement responsables de l'élaboration desdits projets et activités et de la liaison technique entre les institutions participantes; ils sont également responsables de la sélection et de l'approbation des projets et des activités à mettre en oeuvre ainsi que de leur appui.

2. Les mesures entreprises en vertu de l'Arrangement complémentaire s'ajoutent à la coopération dont sont convenues les Parties dans le cadre des programmes et des budgets biennaux de l'OPS/OMS au Brésil.

Article IV

Chaque projet ou initiative additionnel au programme régulier de l'OPS et pour lequel des ressources autorisées en vertu de l'article IX de l'Additif à l'Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Bureau sanitaire panaméricain relatif au fonctionnement du Bureau régional de l'Organisation panaméricaine de la santé/Organisation mondiale de la santé au Brésil sont allouées, est soumis à des conditions spécifiques de coopération établissant des conditions précises concernant son exécution et les bases techniques et/ou scientifiques pour sa mise en oeuvre, y compris les objectifs, les moyens et la manière d'y participer, les obligations des deux parties, les contributions techniques, finan-

cières, humaines et matérielles, le budget, le plan d'opération et le calendrier des déboursés. Le cas échéant, les conditions de la coopération doivent inclure des clauses sur la rentabilité financière, les droits de propriété intellectuelle, les marques de fabrique et d'autres droits qui peuvent résulter des activités de coopération.

Article V

1. Le financement des activités menées aux termes de l'Accord complémentaire est soumis aux limites budgétaires et à la disponibilité des fonds des deux Parties.

2. Les ressources financières allouées à la mise en oeuvre des projets et activités approuvés sont libérées tel que stipulé dans les plans d'opération et les calendriers des déboursés correspondant au mandat précis de chacun des éléments. Aux termes de l'Accord complémentaire, le début de la mise en oeuvre d'une initiative dépend du dégagement desdites ressources, de même que d'une approbation préalable.

3. Si, aux termes de l'Arrangement complémentaire, des ressources sont allouées à l'OPS/OMS par le Gouvernement, l'organisme de coordination brésilien, l'agence nationale d'exécution ou par toute autre source, pour être administrées en fonction du financement des mesures entreprises dans le domaine de projets et d'activités spécifiques préalablement approuvés, aux termes de l'article IX de l'Additif à l'Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Bureau sanitaire panaméricain relatif au fonctionnement du Bureau régional de l'Organisation panaméricaine de la santé/Organisation mondiale de la santé au Brésil, l'OPS/OMS s'engage à publier des rapports financiers officiels, conformément à ses règles et règlements et, lorsque les conditions de coopération auront été remplies, à remettre la balance non utilisée ou à rembourser, sur demande du Gouvernement.

Article VI

Les résultats des projets et des activités entrepris en vertu du présent Arrangement complémentaire peuvent être publiés ou mis à disposition au moyen d'un accord mutuel convenu entre les organes de coordination tels que définis dans les conditions de coopération correspondantes.

Article VII

1. Un Comité exécutif composé d'un représentant du Département de la coopération scientifique technique et technologique du Ministère des affaires étrangères, un représentant du Ministère de la santé et deux représentants de l'OPS/OMS sera établi afin de rendre opérationnelle la mise en oeuvre du présent Arrangement complémentaire. Le Comité exécutif se réunira au moins deux fois par an et tiendra une session extraordinaire, le cas échéant. Il aura les responsabilités suivantes :

- a) Fournir l'appui politique, technique et administratif nécessaire à l'application du présent Arrangement complémentaire;

- b) Examiner, sélectionner et approuver les projets et activités à intégrer dans le plan d'action annuel;
- c) Surveiller et évaluer la performance des mesures à appliquer en vertu du présent Arrangement complémentaire;
- d) Déterminer les mesures nécessitant une reformulation ou une adaptation au moment de leur application;
- e) Préparer le rapport annuel sur les progrès des mesures élaborées en vertu du présent Arrangement complémentaire.

2. Le Bureau consultatif pour les affaires internationales du Ministère de la santé est responsable des services pour les activités dudit Comité exécutif auprès du secrétariat. Il est possible, le cas échéant, que des représentants d'agences d'exécution ou des experts extérieurs qui n'ont pas de lien avec les mesures appliquées soient appelés à participer au Comité, à la discrétion des membres du Comité.

Article VIII

Le vérificateur externe indépendant nommé par les États membres de l'OPS/OMS examine les ressources administrées par l'OPS/OMS en vertu du présent Arrangement complémentaire, conformément aux règles, à la réglementation et aux lignes directrices de l'OPS/OMS, en sa qualité d'institution spécialisée des Nations Unies.

Article IX

Les dispositions de l'Accord de base révisé relatif à l'assistance technique signé le 29 décembre 1964 entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies et ses institutions spécialisées, y compris l'Organisation mondiale de la santé s'appliquent aux experts, agents et fonctionnaires de l'OPS/OMS qui participent aux projets et activités élaborés en vertu du présent instrument ainsi qu'à l'équipement et au matériel technique fournis par l'OPS/OMS dans le cadre de ces initiatives.

Article X

Le Gouvernement est chargé d'examiner toutes les réclamations qui peuvent être déposées par des tierces parties contre l'OPS/OMS et ses experts, agents ou fonctionnaires, de même que les exemptions accordées en vertu du paragraphe 6 de l'article I de l'Accord de base révisé sur l'assistance technique signé le 29 décembre 1964 entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies et ses institutions spécialisées, y compris l'Organisation mondiale de la santé.

Article XI

Les Parties ne seraient pas tenues pour responsables dans le cas où elles seraient incapables de se conformer à leurs engagements, en totalité ou en partie, en raison de circons-

tances hors de leur contrôle telles que des guerres, des catastrophes naturelles ou des troubles civils.

Article XII

Toutes les obligations qu'assume l'OPS/OMS dans la mise en oeuvre du présent Arrangement complémentaire sont rigoureusement exécutées dans le cadre de normes juridiques. Aucune disposition dans le contenu du présent instrument ou y relatif ne peut être considérée comme une levée tacite ou explicite d'immunités, de privilèges, d'exemptions ou de facilités dont bénéficie l'OPS/OMS en vertu du droit international, de traités internationaux ou de conventions et de lois brésiliennes.

Article XIII

Tout différend survenant entre les Parties et ne pouvant être résolu à l'amiable doit être soumis à l'arbitrage. Le tribunal arbitral est composé de trois (3) membres : l'un est désigné par le Gouvernement, l'autre par l'OPS/OMS et un troisième, qui préside le tribunal, est désigné par accord mutuel entre les Parties. Les normes et procédures du tribunal arbitral sont définies par des arbitres d'un commun accord. La décision du tribunal est finale et ne peut faire l'objet d'un appel.

Article XIV

Le présent Arrangement complémentaire entre en vigueur à la date de sa signature pour une durée indéterminée, à moins que l'une des Parties ne notifie à l'autre, par la voie diplomatique dans les six (6) mois avant son expiration, son intention de le dénoncer. La dénonciation ne porte pas préjudice aux programmes en cours à moins que les Parties n'en conviennent autrement.

Article XV

Le présent Arrangement complémentaire peut être modifié par un échange de notes convenu d'un commun accord entre les Parties et la modification entre en vigueur à la date de réception de la réponse.

Fait à Brasilia, le 16 mars 2000, en deux exemplaires originaux, en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

Le Ministre de la santé,

JOSÉ SERRA

Pour l'OPS/OMS :
Le Directeur de l'OPS,

GEORGE ALLEYNE

